



Diálogos

<http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v21i3>

ISSN 2177-2940
(Online)

ISSN 1415-9945
(Impresso)

Do lugar ao território: uma análise da formação histórica dos vales do Rio Piranga e Xopotó (Minas Gerais, 1694-1800)

<http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v21i3.36115>

Mateus Rezende Andrade

Doutor em História da Universidade Federal de Minas Gerais e Bolsista Capes. mateus.rezende@gmail.com

ORCID <http://orcid.org/0000-0001-8464-6367>

Palavras Chave:

História do espaço;
Geografia histórica;
Formação territorial.

Keywords:

Spatial History;
Historical geography;
Territorial formation

Palabras clave:

Historia del espacio;
geografía histórica;
formación territorial.

Resumo

A aproximação de vários campos das ciências humanas para uma orientação espacial na formulação de seus objetos e problemas de pesquisa está na linha de frente da produção acadêmica mais recente. A partir da análise de mapas, discursos dos descobrimentos do ouro e expansão do poder eclesiástico numa região primária de colonização, este trabalho traça os percursos históricos e geográficos da formação regional da porta de entrada dos sertões do leste da capitania. Finalmente, esta pesquisa demonstra como o aparato eclesiástico legitimou a dominação e conferiu sentidos exploratórios aos esforços coloniais.

Abstract

Placing the territory: an analysis of historical formation of the valley of Piranga and Xopotó rivers (Minas Gerais, 1694-1800)

The rapprochement of several areas of humanities to a spatial orientation in the formulation of its objects and research problems is on the front of most recent academic production. From the analysis of maps, gold discoveries chronicles and expansion of the church chapel's influence in a primary region of colonization, this paper provides the historical and geographical formation of a region that were in the principal route to the hinterlands of eastern lands in the Captaincy. Finally this research demonstrates how the ecclesiastical apparatus legitimated domination and gave exploratory senses to the colonial efforts.

Resumen

Situar el territorio: un análisis de formación histórica del valle del río Piranga y Xopotó (Minas Gerais, 1694-1800)

El enfoque de los diversos campos de las ciencias humanas a una orientación espacial en la formulación de sus objetos y temas de investigación están a la vanguardia de las últimas investigaciones académicas. A partir del análisis de los mapas, discursos de los descubrimientos de oro y expansión del poder eclesiástico en una región principal de la colonización, este trabajo describe los caminos históricos y geográficos de formación regional de la puerta de entrada a las tierras del interior del este de la capitania. Por último, esta investigación demuestra cómo el aparato eclesiástico legitima la dominación y dio paso a los intentos exploratorios coloniales.

Introdução

Ainda que o auge econômico da região leste de Minas Gerais tenha o café como o principal gerador de capitais, a presença do migrante que ali se estabeleceu não se limita ao ciclo cafeeiro. Como demonstra Langfur (2006), não devemos exacerbar o virtual esgotamento que a crise aurífera impôs à economia de Minas Gerais. Afinal, a conquista de áreas fronteiriças desenvolveu um importante papel no período de recessão monetária, sendo crucial no delineamento de políticas e dos rumos econômicos de Minas Gerais. Além disso, a expansão da economia cafeeira também esteve inter-relacionada com o surgimento de alvarás e cartas de sesmaria que legitimavam a ocupação e povoamento dos sertões do leste. Carneiro (2008) afirma que parte do capital cafeeiro originou-se da agricultura mercantil de alimentos, atividade que durante o século XVIII atingiu um dos maiores graus de mercantilização da capitania.

Segundo o autor, a concessão de sesmarias tinha por objetivo a legitimação da ocupação e conquista de terras que outrora permaneceram sem muito valor ao poder régio, pois, as receitas da atividade aurífera, ao conferirem acentuados ganhos monetários fizeram o empreendimento de novas empresas de colonização tornar-se primordialmente importantes. Todavia, alguns autores que estudaram a região leste de Minas Gerais criaram o dogma de que a região só foi ocupada nas duas primeiras décadas do século XIX em decorrência do desenvolvimento do cultivo e exportação do café (EGLER, 1953; VALVERDE, 1958; MULS, 1990; ANDRADE, 1998). Entretanto, o povoamento das áreas ao leste dos centros mineradores não foi consequência exclusivamente do empobrecimento dos núcleos mineradores. Como escreveu Carneiro:

é incorreto considera-lo como marco temporal da formação regional, pois ignora

o desbravamento e o povoamento da Mata ao longo do século XVIII, bem como o papel desempenhado pelos primeiros povoados da região no período colonial (CARNEIRO, 2008, p.78-79).

Assim, a partir das premissas postuladas por Patrício Carneiro, este artigo analisa a formação do espaço dos vales dos rios Piranga e Xopotó – localizados à sudeste da zona mineradora central da capitania – uma das regiões de nascentes do Rio Doce, principal via fluvial utilizada para se operacionalizar a ocupação da porção leste província no século XIX. Ainda, ao sul dos vales em estudo, estão as nascentes da Bacia do Rio Paraíba do Sul, principal região cafeeira do Império do Brasil. Finalmente, este trabalho tem por objetivo inserir-se no debate sobre o processo de ocupação e formação do espaço produtivo de Minas Gerais, ao sistematizar a ideia de sociedades de transição, formadas do fluxo incessante de pessoas, bens e serviços, em suas intermináveis idas e vindas às minas.

Minas Gerais, uma sociedade de capelas

Na formação histórica do espaço das minas a venda e a capela foram indissociáveis e carregam em si o elemento explicativo da sociogênese de Minas Gerais, deste modo, esta sociedade, caracterizada por sua moderna urbanidade (PAULA, 2000), que se formou da extração aurífera (atividade que gerou intensos fluxos migratórios) tem na Igreja e no comércio os elementos primordiais à sua formação espacial.

Segundo Sérgio da Mata (2002), conformada pelo espaço sagrado das capelas que cederam lugar ao profano que as circundavam, a personalidade histórica mineira tem na religião, mineração e no comércio as suas bases estruturadoras. Não necessariamente contrapondo-se a Sérgio da Mata, Claudia Damasceno Fonseca (2011) transfere à mineração, agricultura e comércio a responsabilidade explicativa ao fenômeno

urbano de Minas Gerais, problematizando o surgimento de arraiais e os seus paralelos na atividade agropastoril, mineradora e nas disputas por espaços de poder. Por fim, Alexandre Mendes Cunha (2007) propõe reflexões sobre a formação do espaço das Minas, mostrando a significância da sobreposição de lugares de produção a territórios de reprodução. Segundo este autor, os centros mineradores, polos atrativos de fluxos migratórios, se superpuseram a outros espaços que foram sendo criados como chãos de reprodução da vida material. Em outras palavras, não originalmente postulado por ele, o que Alexandre Mendes Cunha está retomando é o caráter centrífugo do ajustamento territorial de Minas Gerais, o qual tem nos núcleos mineradores os seus epicentros migratórios e ocupacionais das áreas de fronteira.

Entretanto, a história desta conquista não se restringe ou depende do aclamado ciclo do ouro, pois, a ocupação do espaço que viria a ser Minas Gerais se operou desde os primórdios da colonização da América portuguesa. Incentivada por mitos que afirmavam que por aqueles caminhos dos sertões encontrar-se-ia o *Sabarabuçu*, montanha reluzente repleta de ouro e outras preciosidades (VASCONCELOS, 1974), as incursões, inicialmente, partiam das áreas já colonizadas do nordeste açucareiro, principalmente da região do recôncavo baiano e, posteriormente, do planalto do Piratininga, onde uma crise da produção agrícola contribuiu para que a busca pelos caminhos que levassem as esmeraldas tomasse um lugar primordial entre os paulistas.

Os bandeirantes que partiam de São Paulo tiveram diversos itinerários. Exhaustivamente traçavam rotas e mudavam seus rumos atrás dos metais e pedras preciosas, as quais, quando descobertas, “fez com que se operasse uma rápida e intensa transmigração de paulistas para a terra das Gerais. As regiões do Rio das Mortes, do Carmo, do Pitanguí, foram ocupadas por gente de São Paulo, que se estabeleceu, abrindo minerações que entravam

logo em forte prosperidade.” (LIMA JÚNIOR, 1978, p.35)

Nas palavras de Diogo de Vasconcelos, esta multidão que invadiu as Minas, inverteu a sociedade pela base, inicialmente criando “mandões” que emergiam da mais ínfima camada (VASCONCELOS, 1974, v.2, p.24), aspecto traduzido por Sérgio Buarque de Holanda (1985), como oriundo das novas atividades produtivas experimentadas por esta sociedade que viu o surgimento de relações que possibilitaram a mobilidade social, expansão urbana e demográfica, desenvolvimento artístico e cultural, a ascensão do comércio e o surgimento de mercados. Ainda sobre esta ínfima camada que “invadiu” as minas, Diogo de Vasconcelos escreveu que, graúdos como eram, fizeram desaparecer toda autoridade pública, promulgando o discurso até hoje perpetuado de que a exploração e o povoamento do vasto sertão ocorreram espontaneamente por obras de particulares. Contudo, Francisco Iglésias (1974), autor com escritos consagrados sobre a economia e sociedade de Minas Gerais, já alertava que a persistência de ações de particulares não significou a ausência do poder metropolitano na região. Segundo ele, os potentados locais não surgiam à mercê em terra de ninguém; sua força estava exatamente na oposição criada ao poder central. A este respeito, recentemente, Francisco Eduardo de Andrade (2008) tem empreendido importantes e elucidativos esforços à compreensão do processo de colonização das regiões mineradoras ao defender a tese de que as ações de descobrimento de terras minerais não tiveram como princípio básico a expansão da fronteira colonial, antes, tinham por intenção legitimar o poder exploratório.

Focalizando-se nas práticas religiosas da criação de capelas no sertão das minas, Francisco E. Andrade mostra como o Estado (aparelho burocrático da Coroa portuguesa), através das capelas, enraizou-se nas práticas costumeiras coloniais, criando uma maior interdependência

entre a administração régia, a proeminência senhorial e as jurisdições eclesíásticas. A prática sertanista de erigir capelas tinha forte relação com o dever de cristianizar e submeter índios ao catolicismo e ainda com a devoção a santos protetores. Porém, havia motivações adicionais, pois, ao arrendarem terras estatais expandiam o patrimônio familiar, solucionando em parte a fragmentação da riqueza com a divisão da herança nas regiões de origem, respaldados por uma prática legal e moralmente aceita de vincular índios ao aldeamento instituído nas cercanias das capelas e das terras tomadas. Esta vinculação (capela e patrimônio familiar) podia ainda ser estratégico ao não pagamento dos dízimos reais, os quais não incidiam sobre os rendimentos patrimoniais da Igreja ou sobre os benefícios eclesíásticos (ANDRADE, 2011)

Assim, as capelas, na época colonial, eram centro de disputas pelo poder e, por diversas vezes, a sua criação trouxe conflitos e disputas envolvendo párocos, capelães e partidos poderosos, pois, uma nova capela poderia causar algum prejuízo a sua paróquia ou matriz. Mesmo que em tese, uma capela devesse ser aprovada pelo bispado, em função de todo o simbolismo e poderio nela representados, nas áreas de fronteira, a definição do seu patrimônio e a sua ereção frequentemente acontecia antes da provisão episcopal.

Entretanto, antes da capela, havia um lugar, seja de passagem, de pouso ou de trocas comerciais que, mesmo não correspondendo a uma povoação com edificações e proeminência visível, não podia significar ausência de um lugar estratégico, com prospecção a tornar-se um lugar de produção e reprodução do poder. Nas palavras de Francisco E. Andrade (2007, p.152), “o lugar da capela, manifestando o movimento dos entrantes e povoadores, com certa evidência, surgia antes da instituição da capela.”

Há uma tradicional fragmentação dos caminhos da ocupação das Minas Gerais em duas temporalidades, uma primeira, delimitada pelo início do século XVIII, marcado por um

povoamento minerador, o qual naturaliza o processo de surgimento dos arraiais e capelas. A segunda temporalidade, do final do século XVIII, quando se desenvolvia uma conjuntura econômica agropastoril, sob a qual, as capelas funcionaram como polos atrativos do povoamento. Segundo Francisco E. Andrade, este delineamento interpretativo não traz à cena a multiplicidade de formas de trabalho e ofícios, modos de vida e diferentes formas de acesso e ocupação da terra efetivada por sesmeiros, posseiros, agregados, foreiros, jornaleiros, faiscadores, mineradores, garimpeiros e lavradores. Por fim, denota descaso a diversificação econômica, característica reconhecidamente fundamental ao desenvolvimento agrominerador de Minas Gerais. Em outras palavras, estas temporalidades fracionadas não problematizam o cotidiano da sociabilidade pública que se deu ao redor das capelas, tomando a atividade mineradora como a única que possibilitou o surgimento dos arraiais e vilas coloniais, sem traçar as vontades políticas e religiosas, oriundas de um cálculo de ganhos econômicos, sociais e simbólicos que também moveram os entrantes e povoadores das Minas Gerais. Conforme informa Francisco E. Andrade (2007, p.153), “havia, de fato, um agudo senso de oportunidade (ou de ocasião) regendo os agentes coloniais, tanto em relação aos meios de vida, quanto no que se referia aos poderes da organização administrativa (eclesíastica e civil) e jurídica.”

Nas comunidades, toda a vida cotidiana era moldada pelo universo da capela, o qual expressava as hierarquias sociais e suas representações. Mais do que uma reserva material, a capela produzia um capital simbólico muito importante na projeção política do seu patrono. Assim, parece claro que o surgimento de arraiais e fundação de capelas não pode ser visto como fortuito e ocasional, que se deu acidentalmente num determinado espaço. Nas palavras de Francisco E. Andrade, a capela resultava:

de um investimento simbólico, religioso, político e econômico no espaço percorrido pelos coloniais. Com a consolidação das atividades agropecuárias em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII, [a capela podia significar] as oportunidades econômicas e políticas revigoradas nos lugares de fronteira ou nos pontos estratégicos e de passagem das rotas mercantis. [...] as capelas marcavam o espaço e ajudavam a compor as linhas de força entre os pobres, poderosos e autoridades régias, especialmente nas fronteiras dos territórios coloniais. Articulando-se aos núcleos de povoamento, as igrejas distinguiam-se da paisagem rústica do entorno e qualificavam os moradores. (ANDRADE, 2007, p.165-166)

Assim, é apreciável a ideia proposta por Francisco E. Andrade em se falar numa sociedade de capelas em contraposição a sociedade de corte para tipificar a sociedade que se formou em Minas Gerais. Baseando-se em escritos do historiador português Diogo Ramada Curto (1997), o qual, dissertando sobre a cultura política portuguesa, menciona os fracassos da cultura cortesã em representar a moldar o sentimento nacional e propõe reflexões sobre o papel das capelas, dado a evidência que a Capela Real detinha na Corte, chamando a atenção para a eficiência que a liturgia, as crenças e as relíquias religiosas arraigaram-se em muitos outros corpos e comunidades do Império português.

Descobrimientos, expansão eclesiástica e jurisdições de poder

Em 1691 saiu de São Paulo uma bandeira de paulistas, por capitães dela Francisco Rodrigues Sirigueio e Antônio Pires Rodovalho, com um roteiro para irem à Casa da Casca, e por ele chegaram a este rio de Guarapiranga no mesmo ano e se arrancharam em uma capoeira do gentio à beira-rio, em o qual descobriram ouro, e em um córrego que nele faz barra. (CÓDICE COSTA MATOSO, 1999, v.2, p.257)

Um primeiro aspecto que se destaca

deste relato contido no Códice Costa Matoso é o roteiro da Casa da Casca, constante na tópica discursiva do mítico e do imaginário no processo de descoberta e ocupação do espaço que viria a ser conhecido como Minas Gerais. Segundo Marcelo Motta Delveaux (2010, p.77), “a edenização da natureza brasílica reforçava a ideia da realidade dos metais preciosos, com os elementos naturais sendo interpretados como signos da presença divina e dos segredos da terra ainda não revelados.” Assim, estudando o ato de cartografar os mitos do descobrimento e os percursos sertanistas, Delveaux ressalta que a Casa da Casca esteve presente no discurso de descobridores desde pelo menos segunda metade do século XVII, conforme se depreende das palavras de José Rebello Perdigão:

Pelas notícias que deram em S. Paulo os primeiros sertanistas, que vieram do descobrimento das esmeraldas com o capitão-mor Fernando Dias Paes, [...] se animaram os moradores de todas aquelas vilas a formarem uma tropa com o intento de buscarem e descobrirem a paragem, ou sertão da desejada casa da casca onde diziam era muito e precioso o ouro. (José Rebello Perdigão, *apud* TAUNAY, 1981, p.172)

A Casa da Casca ainda permanece no desconhecido, fruto de um discurso imaginário das entradas ao sertão das minas, porém, outros lugares tornaram-se reais e neles empreenderam grandes explorações de metais e pedras preciosas, onde, fizeram morada e transformaram-na num entreposto de apoio dos percursos às buscas mitológicas. Bento Fernandes Furtado, num relato feito sobre os primeiros descobridores, deixa explícita esta prática comum das expedições: se estabelecer num lugar, mas, ali não se fixar, contudo, criavam-se as bases para antigos percursos e novos descobrimientos.

Chegado que fosse o tempo em que consideravam os mantimentos em termos de suprir, para fazerem mais experiência no mesmo lugar e continuar a diligência principal, que era a da Casa da Casca, e

chegados que fossem de volta ao lugar da Itaverava, depois de passados seis meses de montaria [...] colhendo os mantimentos, fizeram mais reforçadas experiências no mesmo lugar e, achando ouro com mais conta, fizeram novas roças e avisaram a seus parentes e amigos a São Paulo e às vilas para estabelecerem minas e ampliarem os descobrimentos... (Bento Fernandes Furtado, apud CÓDICE COSTA MATOSO, 1999, v.1, p.171)

Augusto de Lima Júnior, compilando narrativas históricas das descobertas de ouro e criando o seu enredo sobre a ocupação e povoamento de Minas Gerais, fornece um elemento muito importante ao entendimento da ocupação do espaço da mineração e o seu entorno:

É certo, porém, que desde 1694, na Bandeira do Capitão Rodovalho, que descobriu o Guarapiranga, já estava como capelão [...] Frei José de Jesus por alcunha o Catarro. Esse frade levantou capela no Guarapiranga celebrando nela missa. Com o abandono que se operou por algum tempo, da região do Guarapiranga, quando os selvagens destruíram o primeiro povoado, formado pelo Capitão João Pires Rodovalho, seu irmão aparece, em seguida, como um dos primeiros moradores do Ribeirão do Carmo. (LIMA JÚNIOR, 1798, p.26)

A despeito de alguma possibilidade de idealizar cronologias sobre os primeiros descobrimentos (1691), surgimento de um arraial e, depois, a ereção de uma capela (1694), ordenando a formação espacial de Minas Gerais, o que se destaca é a noção de localidades de passagem, donde ouro se extraía, mas, não em abundância, porém, estratégicas às necessidades do movimento de entrada aos sertões das minas. Ainda que a presença dos “selvagens” seja o motivo do abandono que se operou da região do Guarapiranga na narrativa de Augusto de Lima Júnior, as notícias de Bento Fernandes Furtado, como já se mostrou, realçaram a não acomodação aos descobrimentos correntes, a qual, incentivada por narrativas mitológicas,

roteiros imaginários e insaciável busca por novas lavras, instituíam a colonização, expandiam as fronteiras e transformavam os sertões.

No mesmo documento escrito por Bento Fernandes Furtado, constata-se que seu pai, o Coronel Salvador Fernandes Furtado, depois de já ter instalado lugares de mineração ao longo do Ribeirão do Carmo e instituído algumas capelas (por ter sempre o acompanhado o Vigário Miguel Rebelo de Alvim) em locais de onde muito proveito se tirava, não descansou em designar novas diligências, tanto que por volta de 1702 e 1703:

mandou a seu filho Bento Fernandes Furtado a bandeirar para a parte sul do ribeirão do Carmo, pelo sertão incógnito que se achava entre o Ribeirão e Guarapiranga, e gastando meses nesta diligência descobriu várias faisqueiras pelos lugares chamados Pinheiro, Rocha, Bacalhau, Pirapetinga; e voltando com soldados e escravos em rede, picados de cobras e bichos venenosos, com muito trabalho, fomes e riscos de vida, não deu a partilhas estes descobrimentos por serem as pintas limitadas. Seguindo, porém, as suas picadas, foram entrando outros mineiros que, lavrando estas faisqueiras, foram achando aumento nelas, razão por que foram povoando sítios, arraiais, capelas, freguesias, com muita utilidade dos povos e da Real Fazenda de Sua Majestade. (Bento Fernandes Furtado, apud CÓDICE COSTA MATOSO, 1999, v.1, p.182)

Pelas notícias fornecidas por Bento Fernandes Furtado, atesta-se o consórcio da mineração, religião e agricultura na ocupação e povoamento do que viria a ser Minas Gerais, entretanto, como já salientou Francisco E. Andrade (2008), além das práticas, também marcaram presença os discursos dos descobrimentos. Nos relatos de Fernandes Furtado, escritos mais de quarenta anos depois de ter sido enviado por seu pai à parte sul do Ribeirão do Carmo, estão expressos os feitos de sua bandeira, sem faltar menção ao heroísmo e as dificuldades em adentrar os sertões incógnitos, distinguindo-se por ter sido o que

abriu caminho para que outros mineiros viessem e povoassem o lugar, de onde se tirou muito proveito e utilidade à Coroa. Não só os seus feitos são dignos de reconhecimento pelo heroísmo, mas, o espírito sertanista dos primeiros descobridores, incansáveis desbravadores do sertão, perceptível em sua narrativa sobre a descoberta do rio Guarapiranga:

Guarapiranga foi descoberto pelo mesmo João de Siqueira Afonso, taubateano distante à mesma parte do sul do ribeirão do Carmo 12 léguas pelo sertão dentro, vencido tudo pelo incansável espírito deste sertanista de ampliar descobrimentos, não se satisfazendo do não menos rico e durável Sumidouro [um ribeirão, rico em ouro, descoberto pelo mesmo bandeirante]. É este rio hoje todo povoado com amplíssima freguesia, com igreja matriz suntuosa e bem ornada, com arraial de bastantes vizinhos, que vivem das faisqueiras do mesmo rio, que até hoje existem. (Bento Fernandes Furtado, apud CÓDICE COSTA MATOSO, 1999, v.1, p.183)

Mais uma vez este relato vem reiterar a presumida ideia de localidades de passagem, nascidas do fluxo de pessoas e da busca por mais lavras. João de Siqueira Afonso, além de ser considerado o descobridor das 'faisqueiras' do Guarapiranga e do Sumidouro, neste mesmo documento escrito por Bento Fernandes Furtado, lhe é legado o descobrimento do lugar chamado Ponta do Morro (que veio a ser a Vila de São José, atual cidade de Tiradentes) e, ainda, o Rio Aiuruoca, "pelo sertão que então era a parte do sul da estrada que vai para São Paulo, três dias de jornada afastado para aquela parte de São João del-Rei, nas cabeceiras do rio Grande..." (Bento Fernandes Furtado, apud CÓDICE COSTA MATOSO, 1999, v.1, p.183), donde se formou um arraial com o mesmo nome. O exemplo das jornadas de João de Siqueira Afonso é ilustrativo do quanto estes sertanistas circulavam por longas distâncias pelo espaço das minas, envolvendo cada vez mais novos descobrimentos, cartografando os

sertões, apresentando roteiros (RODRIGUES, 2014)

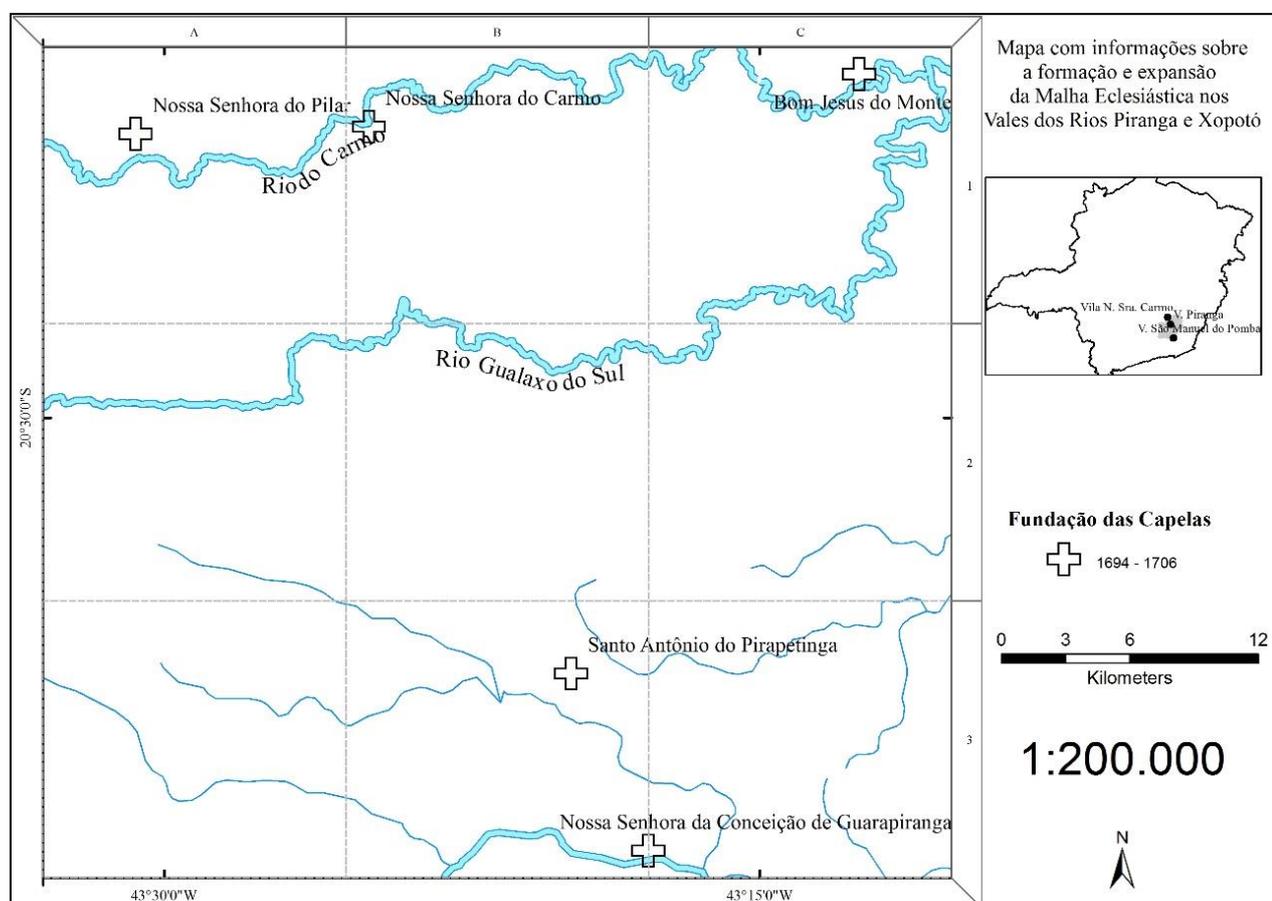
Neste contexto, a capela com invocação a Nossa Senhora da Conceição, à beira do rio Guarapiranga (de agora em diante, rio Piranga), devido a abundância das extrações auríferas que ali se efetivaram, erigida ainda no século XVII, foi uma das primeiras a se constituir e ao seu entorno um pequeno arraial, seguida pelas capelas de Nossa Senhora do Pilar, Nossa Senhora do Carmo – estas duas capelas são erigidas nos locais onde menos de uma década mais tarde serão instuídas a Vila Rica, atual cidade de Ouro Preto, e a Vila de Nossa Senhora do Carmo, atual cidade de Mariana – e Santo Antônio do Pirapetinga – ainda hoje a localidade é distrito do município de Piranga, com o mesmo nome da antiga capela –, todas três erigidas no ano de 1703, e três anos depois, a de Bom Jesus do Monte – atualmente, distrito do município de Mariana com o nome de Furquim. Estas cinco capelas, nesta conjuntura expansionista e ocupacional, constituíram-se como o núcleo primário da ocupação eclesiástica da região, tornando-se os seus arraiais as bases para a abertura das fronteiras que sucederam-se.

Ainda que as três capelas ao longo do Rio do Carmo não sejam geograficamente do vale do Rio Piranga e o desenvolvimento econômico, social e administrativo das mesmas tenham tomado rumos distintos das capelas filiadas à Matriz de Piranga, optou-se por elencá-las neste contexto embrionário do povoamento desta região, pelo papel que desenvolveram no surgimento e formação das localidades dos vales do Rio Piranga e Xopotó. Visto que se afirma neste trabalho o papel dos constantes e incansáveis movimentos de entrada à constituição dos lugares de extração do ouro, produção agrícola e reprodução da vida material, o que se postula é que numa sociedade de capelas, elas eram a gênese de toda a sua reprodução, assim, nos primórdios do descobrimento das minas do ouro, as cinco capelas representadas na Figura 1, certamente

dividiram entre si o papel de propulsoras do povoamento das regiões a elas limítrofes, atuando na ocupação destes sertões e agindo umas sobre as outras.

ênfaticamente Francisco E. Andrade (2008), não se deve perder de vista os conflitos e disputas que envolviam a criação de uma nova capela. Assim, muito mais do que ponderar o surgimento de

Figura 1 – Mapa do núcleo primário da ocupação eclesiástica nos vales do Rio Piranga e Xopotó

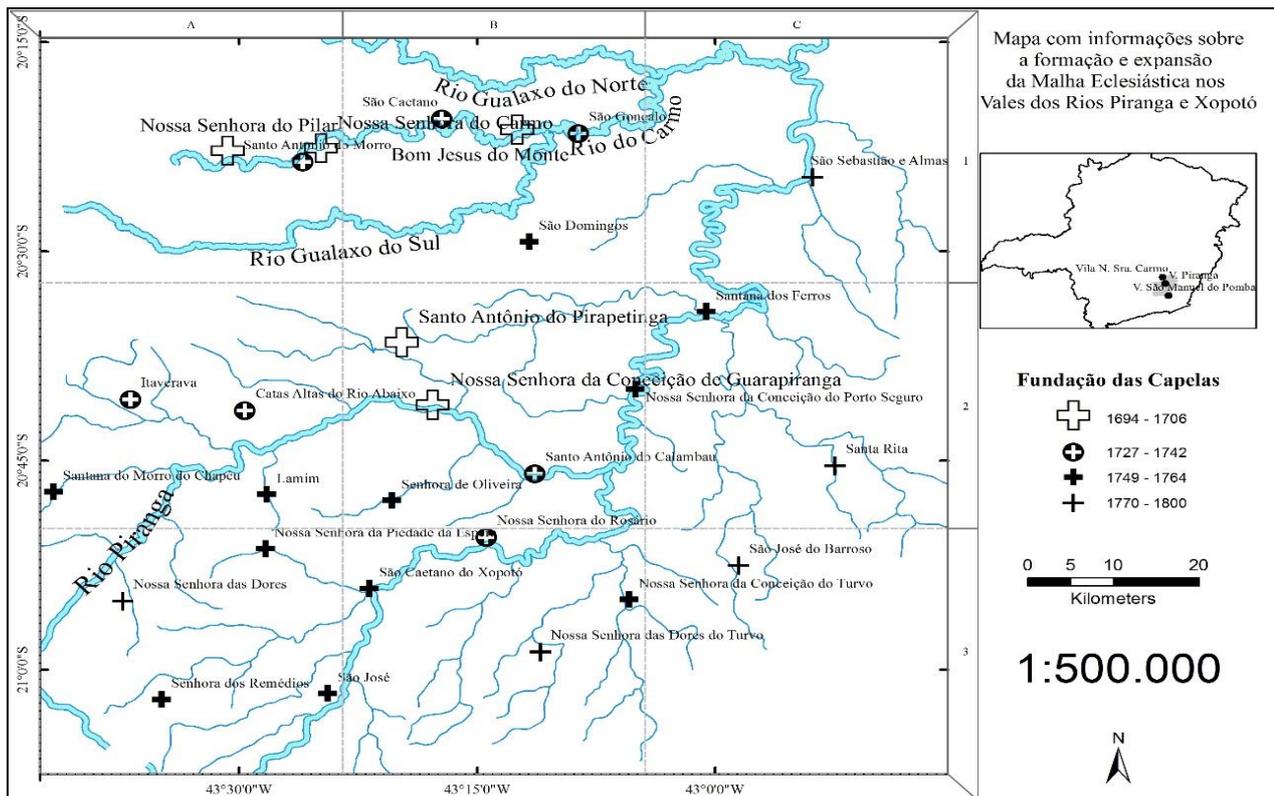


Fonte: CÓDICE COSTA MATOSO; BARBOSA (1971)

A Figura 2 fornece uma representação muito elucidativa do movimento da expansão territorial e as várias fases que o instituíram, as quais, como já salientado, com suas bases lançadas do chamado núcleo eclesiástico primário. Note-se por exemplo, que na segunda fase desta expansão (1727 – 1742), três capelas (Santo Antônio do Morro, São Caetano e São Gonçalo) surgem ao longo do curso d'água do Rio do Carmo, o que é consequência dos novos ribeirões auríferos ali encontrados, mas, como

novos lugares produtivos a partir das bases possibilitadas por antigos espaços de exploração e reprodução, retomam-se premissas interpretativas postas em prática por Cláudia Damasceno Fonseca e Francisco Eduardo Andrade, autores que notabilizaram os aspectos simbólicos e as disputas por instâncias de poder, elementos indissociáveis à expansão eclesiástica que se cumpriu.

Figura 2 – Mapa da expansão da malha eclesiástica nos vales do Rio Piranga e Xopotó (1694 – 1800)



Fonte: ANDRADE (2015)

Sobre este ponto de vista, a Tabela 1, ao pontuar as filiações eclesiásticas e administrativas das capelas representadas na Figura 2, esquadrinha as fronteiras imaginárias que delimitam este espaço em formação. Nesse aspecto, vê-se que as capelas de Itaverava, Catas Altas do Rio Abaixo, Lamim, Santana do Morro do Chapéu e Nossa Senhora das Dores, todas na região das “cabeceiras do Piranga”, demarcavam os limites eclesiásticos da Matriz de Queluz. Entretanto, como se deve prever, estes limites não eram rígidos, pois, se tratando de um espaço em formação, permeado por práticas de territorializar os lugares, não foram escassas as variabilidades de jurisdições, em grande parte, decorrência das disputas por poder.

Estas inconstâncias jurídicas, administrativas e eclesiásticas podem ser

observadas pelas informações contidas na Tabela 1. Note-se, por exemplo, a capela de Itaverava, ainda que incerta a data de sua fundação, figura nas narrativas dos primeiros descobrimentos, nos quais é filial da Matriz de Queluz. Elevada à igreja matriz, sede de sua freguesia, no ano de 1726, tornou-se um novo centro de povoamento e ocupação destes sertões, perceptível, por exemplo, ao se considerar a capela de Lamim, erigida em 1760, filial da Matriz de Itaverava. Situação semelhante foi vivenciada pela capela de Bom Jesus do Monte (Figura 1), núcleo primário de colonização que elevado a igreja matriz de sua freguesia, tornou-se entreposto na colonização das áreas circunvizinhas, à qual foram filiadas as capelas de São Gonçalo e São Sebastião e Almas (Tabela 1)

Tabela 1. Malha eclesiástica, vales do Rio Piranga e Xopotó (1694-1800)

Capela	Freguesia	Distrito	Termo
Itaverava	Matriz de Queluz		Termo de Vila Rica Termo da Vila de São José
Catas Altas do Rio Abaixo	Matriz de Queluz	Distrito de Queluz	
Lamim	Freguesia de Itaverava	Distrito de Queluz	
Santana do Morro do Chapéu	Matriz de Queluz	Distrito de Queluz	
Nossa Senhora das Dores	Matriz de Queluz	Aplicação do Morro do Chapéu	
Senhora dos Remédios	Matriz da Borda do Campo Matriz de Piranga	Distrito de Barbacena Distrito de Piranga	Termo da Vila de São José Termo de Mariana
São José	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
São Caetano do Xopotó	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
Capela do Desterro	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga, Rio Pomba e Barbacena	
Nossa Senhora da Piedade da Espera	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
Nossa Senhora do Rosário	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
Senhora de Oliveira	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
Santo Antônio do Calambau	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
Nossa Senhora da Conceição do Porto Seguro	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
Nossa Senhora da Conceição do Turvo	Matriz de Piranga		
Santana dos Ferros	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
São Sebastião e Almas	Freguesia de Bom Jesus do Monte		
São Domingos	Freguesia do Sumidouro		
São Gonçalo	Freguesia de Bom Jesus do Monte		
São Caetano		Distrito de Mariana	
Santo Antônio do Morro		Distrito de Mariana	
Santa Rita	Freguesia do Pomba		
São José do Barroso	Freguesia do Pomba		
Nossa Senhora das Dores do Turvo	Freguesia do Pomba		

Fonte: ANDRADE (2015)

Com a criação das primeiras vilas e comarcas, implicação direta das medidas da Coroa em instigar maior fiscalização e controle sobre os seus vassallos, arrefecendo rebeldias e insurreições que questionavam a autoridade reinol, novas demarcações territoriais, espaços de poder e alternâncias administrativas foram experimentadas no espaço das minas.¹ Por exemplo, a capela de Itaverava, que teve seu arraial juridicamente vinculado ao Termo de Vila Rica e, com a instauração da Vila de São José e da Comarca do Rio das Mortes, fora sujeitado ao Termo da Vila de São José. Contudo, esta busca por institucionalizar a coerção, não significou um território inerte sem dinâmicas e disputas espaciais que induzissem a novos desmembramentos e incorporações. Um exemplo ilustrativo da constante flutuação que algumas localidades vivenciaram em decorrência da criação de instâncias eclesiásticas, jurídicas e administrativas é a capela de Senhora dos Remédios. Erigida no ano de 1760, filial da Matriz de Borda do Campo, esteve sob os a tutela da Matriz de Piranga e ainda, vinculada a freguesia de São José do Xopotó – na Figura 3 está representada por sua antiga capela, São José – antes de tornar-se igreja matriz no ano de 1870 (BARBOSA, 1971, p.487).

Ao se contrapor os dados da Tabela 1 com a Figura 2, pondera-se algumas matrizes ocupacionais deste espaço representado (Figura 3), as quais, estão pontuadas nas subdivisões internas da Tabela 1, especificadas pelas espessuras das linhas não tracejadas. Assim, ressaltam-se os seguintes focos de deslocamentos ocupacionais: Mariana, Queluz, Barbacena, Piranga e Pomba. Esta última localidade, deteve sua centralidade no final do século XVIII, momento em que a fronteira do povoamento caminhava para o leste da capitania de Minas Gerais, detectável pela localização das três capelas filiadas à Matriz do Pomba (Santa Rita, São José do Barroso e Nossa Senhora das

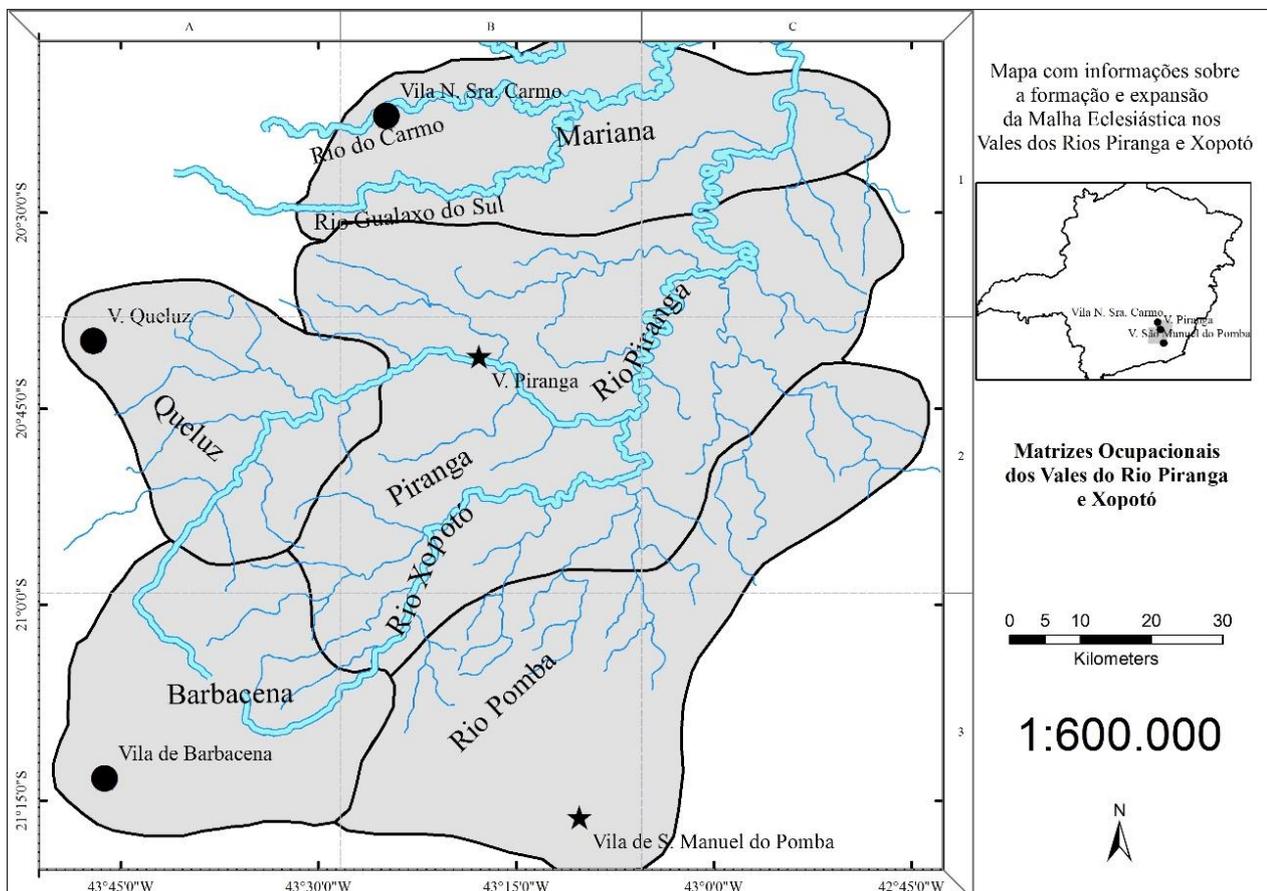
¹ Cf. FONSECA, 2011, especialmente capítulo 3, “A instalação do poder civil e a fundação das primeiras vilas (1709-1730)” e capítulo 4 “Justiça, fiscalidade e território”.

Dores do Turvo), todas próximas as nascentes dos córregos e ribeirões que formam a micro bacia hidrográfica do rio Piranga e Xopotó, no limiar das nascentes de outros afluentes do Rio Doce e do vale do Rio Paraíba do Sul, região onde recebeu carta de sesmaria Francisco de Paula Oliveira da Silva, situada “entre os ribeirões do Ubá e Xopotó, na freguesia de São Manuel do Pomba, Termo de Mariana”, no ano de 1798.²

Localidade de passagem, sociedade de transição

Ao longo deste trabalho defendeu-se a ideia que nos vales do rio Piranga e Xopotó surgiram localidades de passagem daqueles que buscavam encontrar lavras auríferas ou que ali rumavam guiados pelos discursos dos descobrimentos. Além dos relatos que contribuíram a formulação desta hipótese, ressalta-se um aspecto físico característico de Minas Gerais, versado por poetas e literatos: as montanhas de minas (TORRES, 1944).

Figura 3 – Mapa com as matrizes ocupacionais dos vales do rio Piranga e Xopotó



Fonte: CÓDICE COSTA MATOSO; BARBOSA (1971)

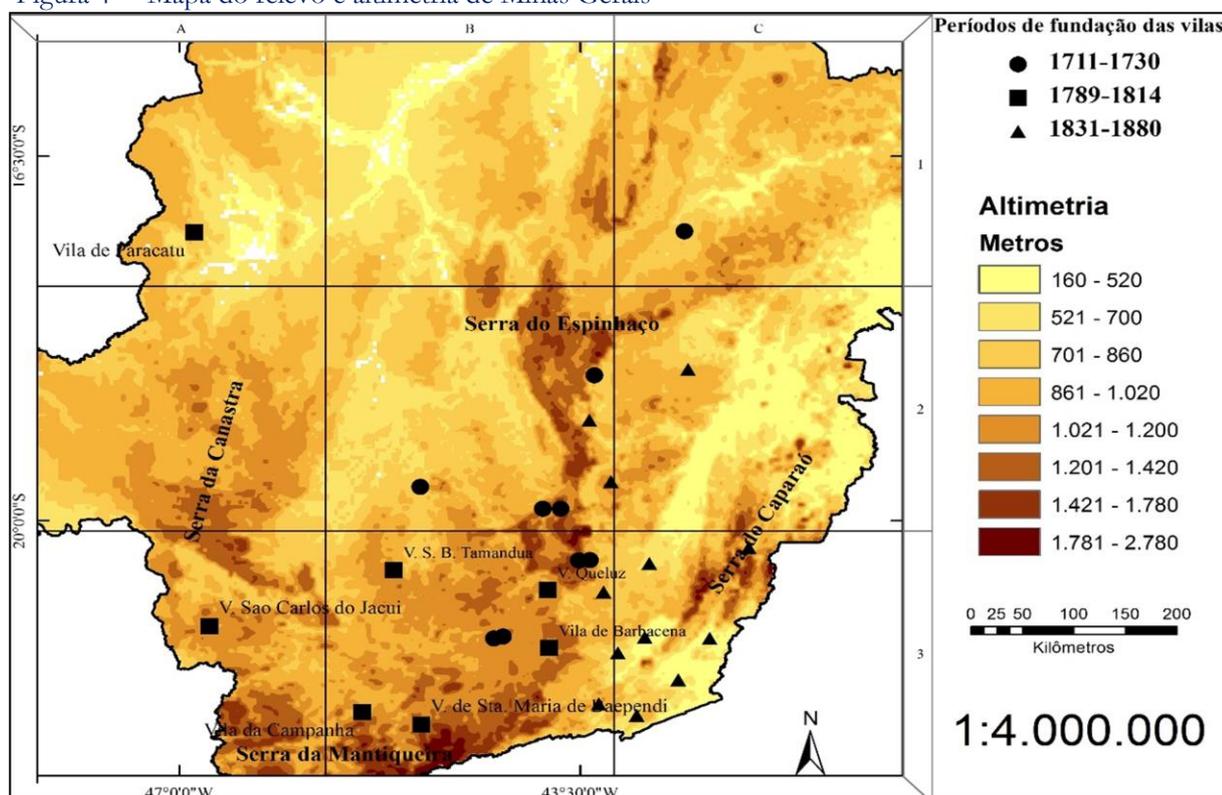
2 APM. Carta de sesmaria concedida a Francisco de Paula Oliveira da Silva. Código SC 275, p.181v

A Figura 4 acentua o que já foi posto por autores clássicos da historiografia mineira (VASCONCELOS, 1974; LIMA JÚNIOR, 1978) e recentemente por Cláudia Damasceno Fonseca (2011), os quais ressaltaram como o relevo e a hidrografia guiaram os movimentos de entrada nos sertões das minas, tornando-se atrativos naturais ao estabelecimento populacional ao longo da posteriormente chamada Serra do Espinhaço e em vales e montanhas que dela derivavam. Ainda, há pontos que representam vilas encostadas na Serra da Mantiqueira (Vila da Campanha, Vila de Barbacena e Vila de Santa Maria do Baependi), todas elas, eram antigos pousos e pontos de intenso comércio após as longas e estafantes jornadas (que partiam do planalto do Piratininga,

Taubaté e Guaratingueta) dispostas a ultrapassar os contrafortes da Mantiqueira, relatadas por André João Antonil na sua obra *Cultura e Opulência do Brasil*, na qual narra os primeiros anos após o descobrimento do ouro no Brasil (ANTONIL, 1982).

Entretanto, ainda que o objetivo final destes percursos fossem as montanhas reluzentes repletas de ouro e metais preciosos, os espaços agricultáveis explorados adequadamente ajudaram a conformar as bases do processo de ocupação deste território (MATA, 2002; CUNHA, 2007; FONSECA, 2011), assim, possivelmente foram vistos com bons olhos pelos primeiros descobridores os vales de rios que além de sua riqueza mineral, mostraram-se propícios a cultura agropastoril.

Figura 4 – Mapa do relevo e altimetria de Minas Gerais

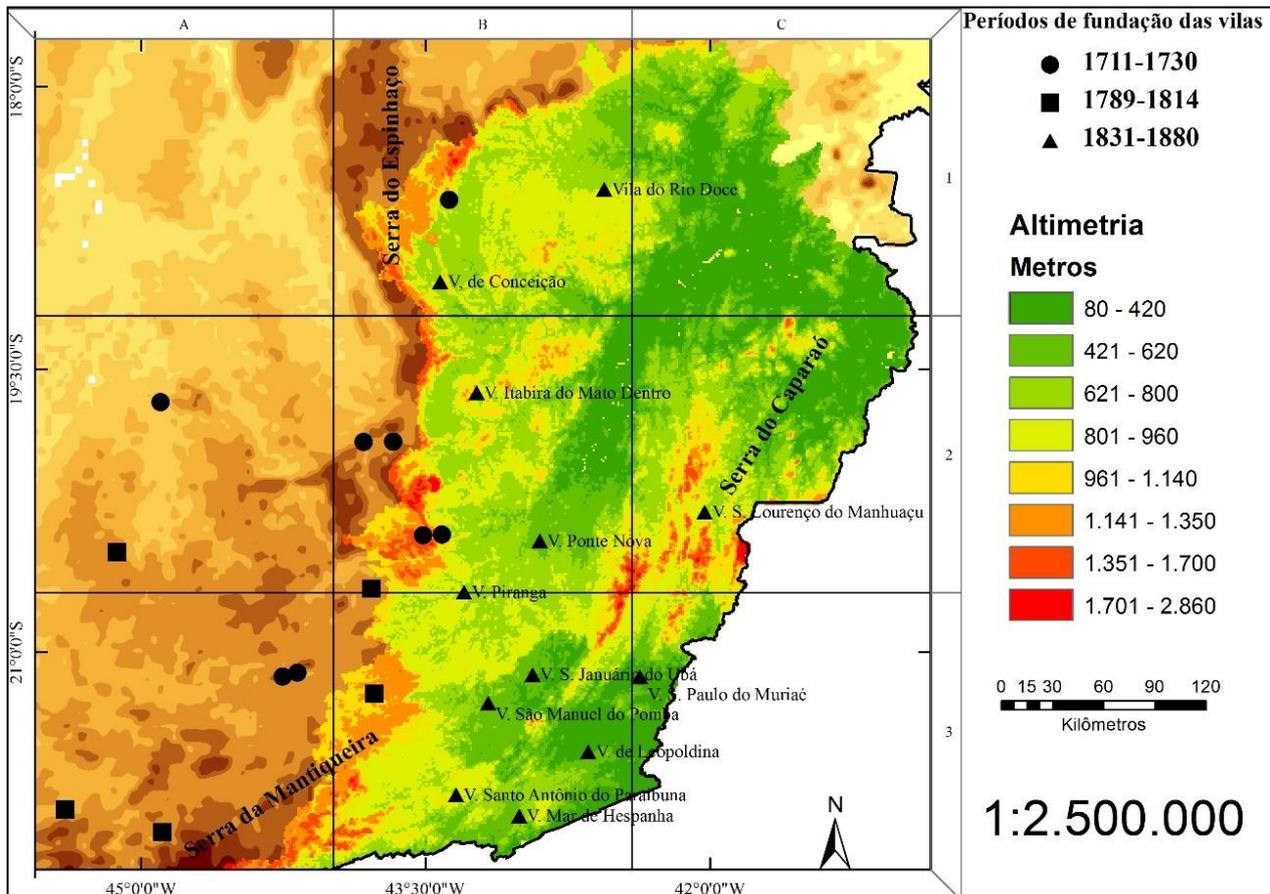


Fonte: IBGE; CÓDICE COSTA MATOSO; BARBOSA (1971)

Dito isto, conjectura-se que a região do rio Piranga e Xopotó tenha sido lugar de passagem das primeiras entradas para as minas por estar situada num destes vários vales propícios e atrativos àquelas bandeiras. Para isso,

Espinhaço, onde, justamente numa fenda geomorfológica entre estas duas grandes formações rochosas nascem os rios Piranga e Xopotó e seus principais afluentes. Ainda, destaca-se o grande desnível nas altitudes entre a

Figura 5 – Mapa do relevo e altimetria da região leste de Minas Gerais



Fonte: IBGE; CÓDICE COSTA MATOSO; BARBOSA (1971)

convoca-se um exercício de sobreposição das informações cartográficas da Figura 4 com a Figura 5, o qual representa as mesmas informações do primeiro, porém, em menor escala e gradações gráficas distintas, evidenciando a região leste de Minas Gerais.

Na Figura 4, devido ao maior nível de detalhe estão evidentes os declives que separam as regiões das Serras da Mantiqueira e do

Vila de Barbacena e a Vila de Queluz, o que certamente facilitava o acesso àqueles vales, os quais, devido a grande riqueza hídrica, tornaram-se lugares de exploração aurífera, conforme demonstrado em alguns relatos dos primeiros descobrimentos (CÓDICE COSTA MATOSO).

Nesta região se erigiram algumas capelas e ao entorno destas, assentamentos

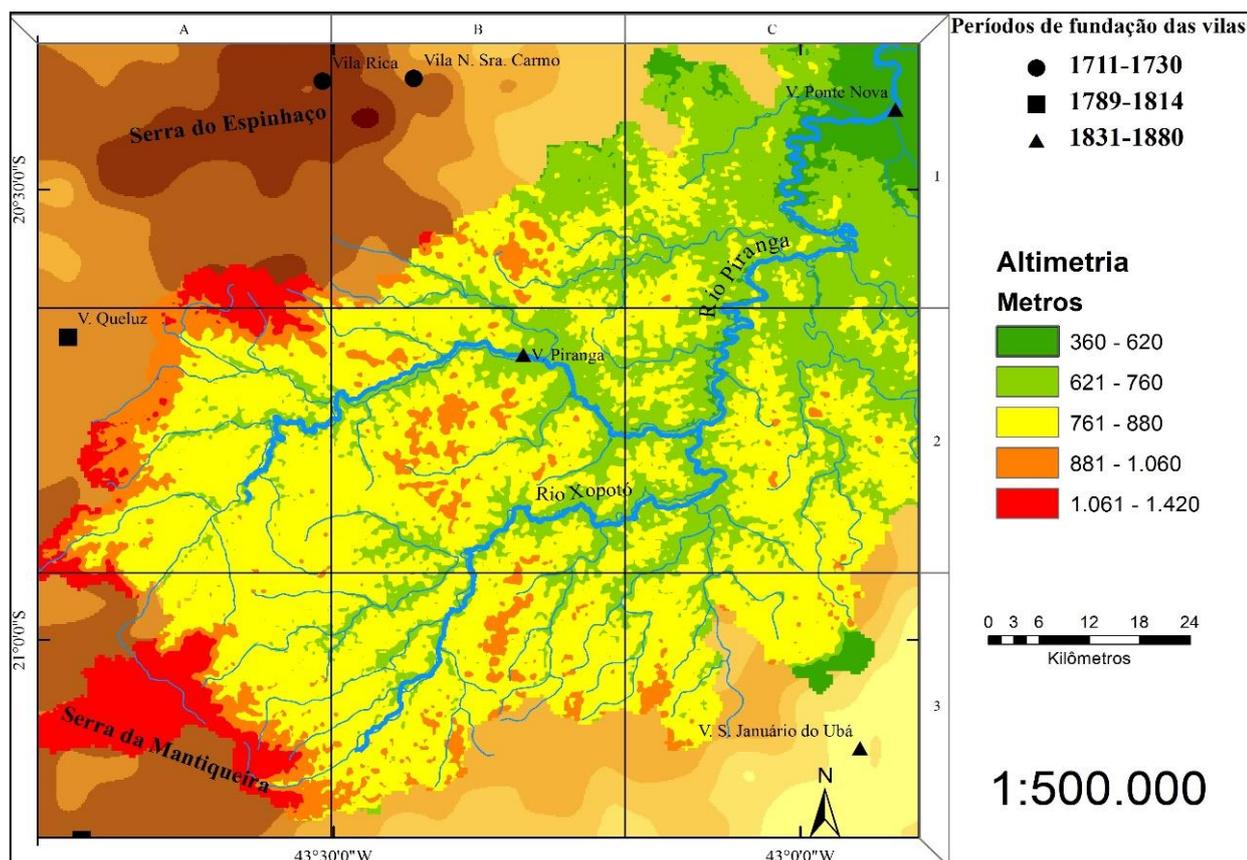
populacionais estáveis, os quais, funcionaram como suporte ao fluxo transitório dos que rumavam para a região mineradora central, efetivamente tornando-se uma matriz ocupacional nos primórdios do processo povoamento e ocupação de Minas Gerais. Nas décadas seguintes, com o início de processo migratório, medido pelas concessões das cartas de sesmaria, revelando a vocação para o leste da região mineradora de Mariana (CARRARA, 1999), estes vales mostraram-se regiões preferenciais àqueles que lançaram posses nos sertões.

Primeiramente, o motivo desta predileção tem suas bases explicativas fundadas em noções que atestam o caráter gradativo deste movimento migratório e expansionista sempre ocupando a fronteira mais próxima (LANGFUR, 2006), ou mesmo, ao se assumir o

papel do comércio na formação da sociedade mineradora, postula-se que esta região, próxima ao núcleo aurífero central, pode participar ativamente dos circuitos mercantis o que alavancava o desenvolvimento econômico. Por outro lado, mais voltado as característica fisiográficas da região, sem contudo negar as bases explicativas anteriores, este trabalho traz a Figura 6 como um dos aspectos explicativos a sociedade que nesta região se instalou.

Ainda que haja alguns picos e áreas com altitudes que ultrapassem os 1.000 metros, através deste mapa vê-se a predominância dos extensos vales, relevo caracterizado por suas baixas altitudes cercado por áreas mais altas. Esta região específica é cercada por montanhas que originam-se na Serra da Mantiqueira ao sul e com forte anteparo imposto pelas formações rochosas da Serra do Espinhaço ao norte. Por

Figura 6 – Mapa do relevo e altimetria dos vales dos rios Piranga e Xopotó, Minas Gerais



Fonte: CÓDICE COSTA MATOSO; BARBOSA (1971)

outro lado, ao se voltar ao mapa da Figura 5, nota-se estar um nível acima do plano altimétrico das áreas onde se instalaram as vilas de São Januário do Ubá e São Manuel do Pomba, ambas no Vale do rio Paraíba do Sul, indicando a presença de áreas de nascentes, o que justifica sua riqueza hídrica, a qual, associada a baixa altitude dos seus vales, mostrou-se uma região propícia ao cultivo de gêneros alimentícios, confirmando sua extensa vocação agrícola no cultivo da cana-de-açúcar e produtos dela derivados (LEMOS, 2014).

Por fim, chama-se atenção para as áreas com altitudes entre 621 e 760 metros, as quais sem muita expressividade nas regiões próximas as nascentes dos rios Piranga e Xopotó, a medida que seus cursos vão se formando e tornam-se mais caudalosos, percebe-se um maior alargamento destas áreas próximo a Vila de Piranga e no seguimento deste percurso hídrico até seu encontro com o rio Xopotó. Estas áreas ainda são percebidas ao entorno de alguns dos ribeirões afluentes destes dois rios, indicando a presença de áreas agricultáveis que tinham nos recursos hídricos sua força motriz e nos vales sua base produtiva.

Evocar estes aspectos naturais não tem por intenção postular os determinismos geográficos que estes vales impuseram sem antes ponderar os possibilismos estabelecidos pela ação humana. Para tanto, retoma-se algumas reflexões propostas por Francisco Eduardo de Andrade sobre o papel das capelas na governamentalidade em Minas Gerais, nas quais ele destaca que as mesmas surgiam em lugares estratégicos a tornarem-se espaços produtivos e de reprodução do poder. A capela de Piranga, surgida próximo a um córrego de onde ouro se lavrava, parece ter sido erigida em região propensa a cultura agrícola, aspecto, provavelmente já detectado pelos sertanistas que por ali passaram. Assim, hipoteticamente foi erigida num lugar estratégico do ponto de vista produtivo, de onde ouro se lavrava e outros gêneros para o comércio e consumo eram

produzidos.

De toda forma, ainda que este caráter polivalente das terras destes vales não tenham sido valorizadas por estes primeiros descobridores, com o avançar da fronteira na primeira metade do século XVIII e a territorialização de espaços agrícolas, foi uma região de grande aporte populacional, indicativo da alguma utilidade daquelas paragens em transformar riquezas no sertão. Este intenso fluxo migratório verificado entre as décadas de 1740 e 1760 foi seguido por períodos em que foram assentadas as bases agrícolas da produção, a qual, sem perder a mineração de vista, traz à tona a imagem de um espaço de transição entre uma economia mineradora e outra agropastoril.

Considerações finais

Este artigo, ao analisar discursos dos descobrimentos e suas interfaces com a formação da malha eclesiástica em Minas Gerais, possibilitou vislumbrar o processo de ocupação da região através da transformação dos sertões, num movimento migratório que expandia-se a fronteira mais próxima, criando bases sólidas de exploração da terra e produção econômica. A partir destas constatações e da análise conjunta das características fisiográficas da região, este artigo lançou mão das noções de localidades de passagem e sociedades de transição, erigidas em espaços privilegiados à ocupação das minas e ativamente atuantes nas distintas temporalidades que marcaram o longo processo de formação do território de Minas Gerais.

Por fim, cabe salientar, esta pesquisa ainda pode ser complementada com análises que tragam à cena a concessão de sesmarias na região, demonstrando através de outro *corpus* documental os percursos da ocupação destes sertões, trazendo novas problemáticas e resultados suplementares

Referências

ANDRADE, F. E. A conversão do sertão: capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.23, n°37, p.151-166, Jan./Jun., 2007

_____. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entrada nos sertões do ouro da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora PUC Minas, 2008.

_____. Espaço Econômico Agrário e Exteriorização Colonial: Mariana das Gerais nos Séculos XVIII e XIX. In: POLITO, Ronald; AGUIAR, José Arnaldo Coelho (Orgs.). *Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: UFOP, 1998. p. 113-125. v.1

_____. Fronteira e instituição de capelas nas Minas, América portuguesa. *América Latina em La História Económica*, nº 35, p.271-296, enero-junio de 2011

ANDRADE, M. R. Compadrio, casamento e espaço em zona de fronteira agrícola: redes sociais da elite rural de piranga (minas gerais, c1760-c1850). *Revista Tempos Históricos*, v. 19, p. 235-267, 2015.

ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

BARBOSA, W. A. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Saterb, 1971

CARNEIRO, P. A. S. *Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)*. 2008. 297 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CARRARA, A. A. Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais. Ouro Preto: Edufop, 1999

CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO, L.; CAMPOS, M. V. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos, 1999. 2v

CUNHA, A. M. No sertão, o lugar das minas: reflexões sobre a formação do espaço central das Minas Gerais no começo do século XVIII. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº40, p.25-45, julho-dezembro de 2007

CURTO, D. R. A cultura política. In: MATTOSO, J. (dir.). *História de Portugal*. No alvorecer da modernidade (1480-1620), Lisboa: Estampa, 1997, v.3, p.126-128.

DELVEAUX, M. M. Cartografia imaginária do sertão. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v.46, nº2, p.74-87, Jul-Dez, 2010

EGLER, E. G. Distribuição da População no Estado de Minas Gerais em 1940. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p.123-152, jan./mar. 1953.

FONSECA, C. D. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas minas setecentistas*. Trad. Maria Juliana Gambogi Teixeira, Cláudia Damasceno Fonseca. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

HOLANDA, S. B. Metais e pedras preciosas. In: _____. *História da Civilização Brasileira; à época colonial*. 6ª. ed. São Paulo: Difel, 1985. Tomo I, vol.2. p.259-310

IGLÉSIAS, F. Minas e a imposição do Estado no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, nº50, p.257-273, 1974

LANGFUR, H. *The forbidden lands: colonial identity, frontier violence, and persistence of Brazil's eastern Indians, 1750-1830*. Stanford, California: Stanford University Press, 2006

LEMOS, G. *Minas da Terra: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola*. Minas Gerais, 1800-1856. São Paulo: Annablume, 2014

LIMA JÚNIOR, A. *A capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: São Paulo: Itatiaia, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

MATA, S. O espaço do arraial na Minas antiga. *Dimensões*. Revista de História da UFES. Vitória, n.14, p.191-223, 2002

MULS, N. C. A Formação da Estrutura Agrária Mineira e a Gênese do Campesinato. *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 5, n. 3, p.94-109, set./dez. 1990.

PAULA, J. A. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RODRIGUES, C. M. *Os mapas das pedras brilhantes: a cartografia dos sertanistas, dos engenheiros militares e dos padres matemáticos sobre o Distrito Diamantino do Serro do Frio (1714-1771)*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014

TAUNAY, A. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

TORRES, J. C. O. *O homem e a montanha: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro*. Belo Horizonte: Cultura Brasileira, 1944

VALVERDE, O. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p.3-79, 1958.

VASCONCELOS, D. *História antiga das Minas Gerais*. 4ª ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1974. 2v.